

CONTRATO CEDAE N.º 158/2019 (DFI)
que entre si celebram a **COMPANHIA**
ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
(CEDAE) e **THB SP CONSULTORIA,**
GERÊNCIA DE RISCOS E CORRETAGEM
DE SEGUROS S/S LTDA.

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655 – Cidade Nova – CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.352.394/0001-04, neste ato por meio da Assessora da Diretoria Financeira e de Relações com Investidores, Srª. LUCIA SOARES DA SILVA, e de seu Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. JOSÉ BANDEIRA DE MELLO JÚNIOR, doravante denominada **CEDAE**, e a **THB SP CONSULTORIA, GERÊNCIA DE RISCOS E CORRETAGEM DE SEGUROS S/S LTDA.**, sediada na Av. das Nações Unidas, 8501, 22º andar (parte), Condomínio Eldorado Business Tower, Pinheiros, Cidade e Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ sob o n.º 10.960.932/0001-30, neste ato por meio de seu Sócio Administrador, Sr. FELIPE COELHO LEÃO DE MOURA, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato autuado no **Processo Administrativo E-07/100.647/2019**, mediante Dispensa de Licitação n. 004/2019 (DFI) com fundamento no art. 30, inciso II, alínea c, da Lei 13.303/2016, pela qual se regerá, bem como pelos preceitos de direito privado e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

A presente contratação tem por objeto o serviço de "**CONSULTORIA SECURITÁRIA PARA A CEDAE**", conforme ato de aprovação emitido pela Assessora da Diretoria Financeira e de Relações com Investidores, Srª. LUCIA SOARES DA SILVA, autuado às fls. 156 do **Processo Administrativo E-07/100.647/2019**.

Parágrafo Primeiro - Inserem-se no escopo desta contratação o Termo de Referência anexo e a proposta da **CONTRATADA** registrada às fls. 38 do Processo Administrativo nº. **E-07/100.647/2019**, cujos conteúdos obrigam e passam a compor o presente instrumento, embora não transcritos.

Parágrafo Segundo – A **CONTRATADA** estará obrigada a prestar anualmente, no mínimo, os serviços de consultoria às renovações anuais do seguro D&O (Directors and Officers), podendo ser demandada em outros trabalhos dentro do escopo previsto em sua proposta, sem qualquer custo adicional ou limites máximos de consultas. O prazo para a apresentação dos trabalhos que lhe forem demandados será de, no máximo, 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE

Constituem obrigações da **CEDAE**:

- a) realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;

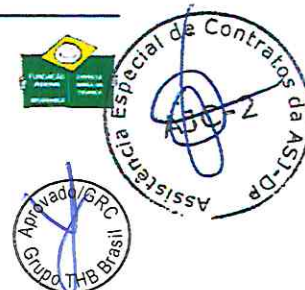


- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos pertinentes à execução do contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato; e
- d) aceitar provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas aqui definidas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**, além daquelas previstas no Termo de Referência anexo:

- a) conduzir os serviços de acordo com as normas técnicas e legislação em vigor;
- b) abster-se de transmitir a terceiros qualquer informação ou documento de que tenha conhecimento ou posse em razão destes serviços, orientando seus funcionários sobre a impossibilidade de concederem entrevistas faladas ou escritas em nome da CEDAE, salvo se expressamente autorizados por esta;
- c) providenciar todos os documentos necessários para que seu pessoal possa executar legalmente os serviços especificados neste Contrato;
- d) manter-se em compatibilidade com as condições de habilitação inicialmente exigidas para esta contratação;
- e) prestar, sem quaisquer ônus, os serviços necessários à correção das falhas verificadas na execução dos serviços, responsabilizando-se, perante terceiros e CEDAE, pelos prejuízos decorrentes;
- f) providenciar, por sua conta exclusiva, todos os seguros exigidos por Lei, cuja vigência deverá observar o recebimento definitivo do objeto;
- g) enviar representante, sempre que solicitado, para examinar e prestar esclarecimentos relacionados a problemas verificados com a execução do objeto contratado; caso em que sua convocação será feita com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas;
- h) manter a **CEDAE** informada sobre o desenvolvimento dos serviços;
- i) cumprir todas as obrigações e encargos, sociais e trabalhistas, decorrentes da prestação de seus serviços;
- j) Demonstrar, apenas se possuir empregados alocados a este contrato e em quantidade superior a 100 (cem), o cumprimento do regime de quotas previsto na Lei Federal n. 8.213/1991 e Lei Estadual n. 7.258/2016, observando os seguintes quantitativos: (1) até 200 empregados = 2%; (2) de 201 a 500 empregados = 3%; (3) de 501 a 1.000 empregados = 4%; e (4) de 1.001 em diante = 5%;
- k) A **CONTRATADA** não intermediará a contratação do seguro, nem terá qualquer responsabilidade pelo resultado das licitações relativas às contratações das apólices;e



I) Em caso de novas colocações de risco, de outros ramos de seguro além do objeto deste contrato, as partes deverão tratar das mesmas em reuniões presenciais, ficando sob responsabilidade da CONTRATADA lavrar a respectiva ata de reunião determinando prazos possíveis de execução, que deverá ser assinada por ambas as partes.

CLÁUSULA QUARTA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste contrato será de **05 (cinco) anos** contados da data indicada na Ordem de Início, que poderá ser emitida pela CEDAE após a assinatura deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias relativas ao exercício financeiro de 2019, assim classificadas:

Conta Contábil: 411110304
Programa de Trabalho: 2200022016
Código Orçamentário: 33903982
Fonte de Recursos: 10
ID Reserva Orçamentária: 2019000926

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO

A presente contratação será realizada sob o regime de preço global, sendo o seu valor total de **R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)**, da seguinte forma:

- (i) o primeiro pagamento será no valor de **R\$ 8.000,00 (oito mil reais)** após a apresentação do Relatório de Diagnóstico e Proposta de Melhorias de uma Nova Apólice de Seguro D&O; e
- (ii) o saldo remanescente, no valor de **R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais)**, será pago em 04 (quatro) parcelas idênticas e anuais de **R\$ 8.000,00 (oito mil reais)** cada, ao final de cada ano de vigência (ou exercício social), que ficarão condicionadas à apresentação do relatório de atividades desempenhadas em cada período. Anualmente, a CONTRATADA estará obrigada a apresentar, no mínimo, os serviços de consultoria às renovações anuais do seguro D&O (Directors and Officers), podendo ser demandada em outros trabalhos sem qualquer custo adicional ou limites máximos de consultas.

Parágrafo Único – O preço ajustado nesta Cláusula inclui o lucro e todos os custos e tributos dos serviços, sejam estes diretos ou indiretos, responsabilizando-se a **CONTRATADA** por toda e qualquer despesa, ainda que não prevista textualmente neste Contrato; inclusive a que decorrer de ato ou fato que implique em transgressão ou inobservância de qualquer dispositivo legal ou regulamentar, federal, estadual ou municipal.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO



O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas neste instrumento, no termo de referência e na legislação vigente, especialmente aquelas relacionadas à execução, fiscalização, fornecimento, aceitação, conservação, aplicação de penalidades, rescisão de contratos e pagamentos, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial dos serviços.

Parágrafo Primeiro – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por uma comissão constituída de 3 (três) membros devidamente habilitados.

Parágrafo Segundo – É facultado à **CEDAE** exercer ampla fiscalização sobre os serviços objeto do presente contrato, diretamente ou por intermédio de prepostos devidamente credenciados, aos quais a **CONTRATADA** prestará a assistência requerida, facultando-lhe o acesso, em qualquer fase, época e local onde se processem tarefas relacionadas com o desenvolvimento dos serviços.

Parágrafo Terceiro - A **CONTRATADA** deverá refazer aquilo que for rejeitado, obedecendo às determinações da Comissão de Fiscalização.

Parágrafo Quarto – O representante da **CEDAE**, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotará em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Parágrafo Quinto – A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização; obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações necessários.

Parágrafo Sexto – A fiscalização do serviço pela **CEDAE** não excluirá ou atenuará a responsabilidade da **CONTRATADA** quanto à qualidade dos serviços, ao cumprimento dos prazos e a quaisquer outras obrigações contratuais ou legais, nem a eximirá de manter fiscalização própria.

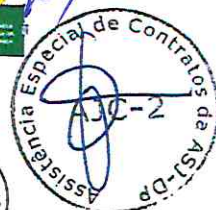
Parágrafo Sétimo– Quando existirem empregados alocados à contratação, os mesmos deverão trabalhar com Equipamento de Proteção Individual (EPI) adequado ao tipo do serviço que será desenvolvido. A Fiscalização poderá paralisar os serviços enquanto tais empregados não estiverem protegidos. O ônus da paralisação correrá por conta da **CONTRATADA**, mantendo-se inalterado o prazo de execução dos serviços.

Parágrafo Oitavo – Quando aplicável, proceder-se-á à fiscalização do regime de cotas de que trata a alínea "j" da cláusula terceira, realizando-se a verificação do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** será responsabilizada pelos danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, a título de dolo ou culpa, quando decorrentes da execução deste contrato; não se eximindo dessa responsabilidade pela fiscalização da **CEDAE**.

Parágrafo Primeiro – A **CONTRATADA** será a única responsável pelos encargos trabalhistas (inclusive os decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas), previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da



execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

Parágrafo Segundo – Quando houver mão de obra alocada a esta contratação, a **CONTRATADA** se obrigará a cumprir as determinações da Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214, de 08 de julho de 1978 e suas Portarias Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho.

Parágrafo Terceiro - Juntamente com a fatura/nota fiscal dos serviços, deverão ser apresentados os seguintes comprovantes para o processamento dos pagamentos:

- a. medição/detalhamento do serviço prestado;
- b. declaração de que se encontra cumprindo o regime de quotas da Lei Estadual n. 7.258/2016; exigível somente quando a **CONTRATADA** estiver enquadrada na situação prevista na cláusula terceira, letra "j", deste instrumento; e
- c. declaração de que se encontra em dia com o pagamento das verbas salariais, de FGTS e INSS, exigível apenas quando houver previsão de pessoal destacado à execução do serviço, mesmo que em caráter eventual, nas dependências da CEDAE.

Parágrafo Quarto - A ausência de qualquer dos documentos mencionados no parágrafo anterior impedirá a obtenção do recibo de adimplemento, conforme art. 191 do RILC, e importará em notificação à **CONTRATADA** para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa prévia e efetuar o cumprimento destas obrigações.

Parágrafo Quinto - Expirado o prazo constante do parágrafo acima sem que tenham sido tomadas as providências cabíveis, ou sendo rejeitados os argumentos apresentados em defesa pela **CONTRATADA**, será aplicada a ela penalidade de advertência. Permanecendo a inadimplência total ou parcial em virtude de ausência de qualquer dos documentos referidos, o contrato poderá ser rescindido com a aplicação da penalidade de suspensão prevista no item "iii" do parágrafo quinto da cláusula décima segunda.

Parágrafo Sexto – Todos os documentos mencionados nesta cláusula ficarão autuados no processo administrativo referente à contratação, bem como no processo de prestação de contas que deverá ser aberto em virtude da OS "E" nº 14.695/2017.

CLÁUSULA NONA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A CEDAE pagará à **CONTRATADA** o valor dos serviços executados, conforme cláusula sexta.



Parágrafo Primeiro - Os pagamentos devidos em decorrência da execução do objeto deste contrato serão efetuados mediante crédito em conta bancária indicada pela **CONTRATADA** no banco **BRADERCO**, ficando autorizada a indicação de outra conta somente quando justificada tal impossibilidade.

Parágrafo Segundo - A **CONTRATADA** emitirá as faturas/notas fiscais de seus serviços ao final cada ano de vigência (ou exercício social), cujos percentuais se limitarão aos valores reservados para esta contratação.

Parágrafo Terceiro - Os pagamentos à **CONTRATADA** serão feitos no prazo de até 30 (trinta) dias contados de cada período de adimplemento, assim considerado o cumprimento da etapa/parcela do serviço acompanhado da nota fiscal/fatura e da documentação mencionada na cláusula oitava. O adimplemento será confirmado por meio de recibo, nos termos da Ordem de Serviço n. 14.693/2017 e do art. 191 do RILC.

Parágrafo Quarto - De posse da documentação apresentada, a Comissão de Fiscalização, composta por 3 membros especialmente designados para esta contratação, atestará (utilizando a forma prevista no art. 90, §3º da Lei Estadual n. 287/1979) a documentação e a qualidade do(s) serviço(s) desenvolvido(s) pela **CONTRATADA**, o que será feito como condição à realização do(s) pagamento(s) devido(s).

Parágrafo Quinto - A verificação de qualquer irregularidade no(s) serviço(s) prestado(s) ou na documentação encaminhada (ver cláusula oitava) impedirá a concessão do atesto, ficando consequentemente suspenso o prazo para pagamento, que somente voltará a correr após a solução do problema apontado.

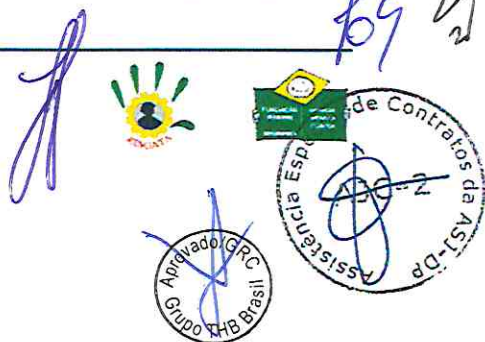
Parágrafo Sexto - A suspensão do prazo para pagamento será efetuada na data em que ocorrer a notificação da **CONTRATADA** a respeito da irregularidade verificada, podendo se dar de forma simplificada, por e-mail.

Parágrafo Sétimo - Caso se faça necessário, a Comissão de Fiscalização, mensalmente, até o dia 30 (trinta) de cada mês, estabelecerá de comum acordo com a **CONTRATADA** a programação dos serviços que deverão ser realizados no mês seguinte, tendo por base as metas do cronograma físico-financeiro contratual e as necessidades dos serviços.

Parágrafo Oitavo- A **CEDAE** não se responsabilizará pelo pagamento de faturas de serviços executados em quantidades superiores às fixadas na Estimativa Orçamentária, salvo as expressamente determinadas pela Fiscalização.

Parágrafo Nono- Quando a contratação envolver alocação de mão de obra, a **CEDAE** poderá utilizar os créditos da **CONTRATADA** para efetuar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas e previdenciárias devidas por ela a seus empregados, fazendo-o diretamente ou por meio de aprovisionamento em conta vinculada, na forma prevista no art. 19-a, I, da IN/SLTI/MP 2/2008, com redação dada pela IN/SLTI/MP 6/2013, quando não for possível a realização dos pagamentos diretamente pela CEDAE.

Parágrafo Décimo - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, por culpa exclusiva da **CEDAE**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata die"; e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste contrato serão feitos mediante



desconto de 2% (dois por cento) ao mês, também calculados "pro rata die. **Os juros e a atualização previstos neste parágrafo não correrão durante o período de suspensão do prazo para pagamento.**

CLÁUSULA DÉCIMA: DO REAJUSTE

A **CONTRATADA** declara-se ciente e de acordo com o fato de que os preços previstos nesta contratação serão **fixos e irreajustáveis** durante todo o contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação nos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual sujeitarão a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que lhe couber, às penalidades seguintes:

- a) advertência;
- b) multa administrativa; e

c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a CEDAE por prazo não superior a 2 (dois) anos.

Parágrafo Primeiro - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

Parágrafo Segundo - A advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b" do caput desta cláusula, serão impostas pelo Diretor responsável, na forma do art. 21, §1º, do Procedimento de aplicação de sanções da CEDAE.

Parágrafo Terceiro - A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a CEDAE, previstos na alínea "c" do caput desta cláusula, será imposta pelo Diretor Presidente desta Companhia, na forma do art. 21, parágrafo terceiro, do Procedimento de Aplicação de Sanções da CEDAE.

Parágrafo Quarto - A **multa administrativa**, prevista na alínea "b" do caput, será aplicada à **CONTRATADA** pelo descumprimento de suas obrigações acessórias, observando o que segue:

- i) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento), aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas **não** executadas;



ii) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;

iii) O somatório das multas administrativas deverá observar o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho.

iv) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade; e

v) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso, com a multa rescisória e com a multa prevista na cláusula vigésima primeira, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa.

Parágrafo Quinto - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do caput desta cláusula, será aplicada conforme as disposições do art. 9º do Procedimento de Aplicação de Sanções da CEDAE, observando o seguinte:

i) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

ii) sem prejuízo de outras hipóteses, **deverá** ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito deste valor no prazo devido;

iii) Será aplicada pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de não apresentação da documentação prevista na cláusula oitava.

Parágrafo Sexto - A aplicação das penalidades acima referidas, em virtude das infrações contratuais retro mencionadas, não importará em renúncia, por parte da **CEDAE**, da faculdade de declarar rescindido o contrato, se assim entender conveniente ao interesse público.

Parágrafo Sétimo - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora por dia útil que exceder ao prazo estipulado, conforme percentuais abaixo:

a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso; e

b) 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, até o limite máximo de 20%.

Parágrafo Oitavo - As multas porventura aplicadas serão consideradas dívidas líquidas e certas, ficando a **CEDAE** autorizada a descontá-las das garantias prestadas, e caso estas sejam insuficientes, dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**; ou ainda, quando for o caso, cobrá-las judicialmente, servindo para tanto, o instrumento contratual como título executivo extrajudicial.



Parágrafo Nono - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação de defesa.

I) A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Parágrafo Décimo - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

Parágrafo Décimo Primeiro - Todas as multas previstas neste contrato, incluindo a rescisória e a prevista na cláusula vigésima primeira, serão somadas quando aplicadas cumulativamente, e terão como limite seus respectivos percentuais máximos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão com as consequências cabíveis.

Parágrafo Primeiro - A rescisão contratual poderá ocorrer por:

- I - ato unilateral e escrito, quando verificada a ocorrência de qualquer das situações descritas no art. 222 do RILC;
- II- acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de contratação, desde que seja vantajoso à CEDAE; ou
- III – decisão judicial ou arbitral.

Parágrafo Segundo - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo administrativo que ensejou a contratação, sendo assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e ampla defesa.

Parágrafo Terceiro - Quando a rescisão ocorrer por interesse exclusivo da CEDAE, sem que haja culpa da CONTRATADA, esta será ressarcida dos prejuízos que houver sofrido.

Parágrafo Quarto - A rescisão por ato unilateral da CEDAE, quando justificada no descumprimento de obrigações contratuais por parte da CONTRATADA, acarretará a aplicação de multa rescisória, no percentual de 10% (dez por cento) calculada sobre o saldo reajustado do contrato, bem como a execução da garantia contratual e/ou a utilização dos créditos decorrentes do próprio contrato.

Parágrafo Quinto - A CEDAE se reserva ao direito de cobrar indenização suplementar em juízo se ficar constatado que o prejuízo causado foi superior ao valor da multa rescisória aplicada, conforme autorização contida no art. 416, parágrafo único, *in fine*, do Código Civil.

Parágrafo Sexto - A rescisão contratual por acordo entre as partes será da competência da autoridade referida no art. 25 do RILC; enquanto a rescisão unilateral ficará a cargo do Diretor responsável pela contratação, conforme art. 15 do Procedimento Interno de Sanções da CEDAE.



CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA: CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR

Se a **CONTRATADA** ficar temporariamente impedida de cumprir suas obrigações, no todo ou em parte, em consequência de caso fortuito ou de força maior, deverá comunicar o fato de imediato à Fiscalização da **CEDAE** e ratificar por escrito a comunicação, informando os efeitos danosos do evento.

Parágrafo Único – Constatada a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ficarão suspensas tanto as obrigações que a **CONTRATADA** ficar impedida de cumprir, quanto a obrigação da **CEDAE** em remunerá-las.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Este contrato poderá ser alterado por acordo entre as partes, formalizado por meio de Termo Aditivo, com observância do disposto nos art. 209 a 211 do RILC.

Parágrafo Primeiro – As alterações que se fizerem necessárias nas quantidades ou qualidade do serviço contratado deverão observar os limites do §1º do art. 81 da Lei 13.303/2016.

Parágrafo Segundo – Quando a contratação trazer previsão de matriz de risco haverá impedimento para a celebração de aditivo decorrente dos eventos ali previstos como de responsabilidade da **CONTRATADA**, conforme art. 196, §2º do RILC.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA: DA IMPOSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO DO CONTRATO PELA SUPRESSÃO

O atraso, a tolerância ou a omissão da **CEDAE** no exercício de suas prerrogativas jamais ensejará a modificação automática das cláusulas avençadas, não sugerindo qualquer renúncia de direitos por parte desta, que poderá exercê-los a qualquer tempo.

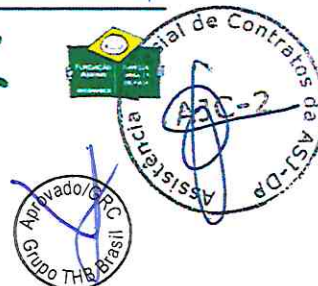
CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

Parágrafo Único – Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a Juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA: DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos conforme disposto na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.



CLÁUSULA DÉCIMA-NONA: DA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA

Aceitação Provisória ocorrerá ao término de cada exercício financeiro, mediante emissão de PARECER CIRCUNSTANCIADO PARA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA (doc. ref. ANEXO VI da Ordem de Serviço n. 14.693/2017), que será assinado pelas partes atestando o cumprimento de todas as cláusulas contratuais.

Parágrafo Primeiro – A competência para a emissão do PARECER CIRCUNSTANCIADO PARA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA será da Comissão de Fiscalização do Contrato, não se exigindo da **CONTRATADA** a comunicação acerca da entrega dos resultados dos serviços executados.

Parágrafo Segundo - Se a Comissão de Fiscalização do Contrato vier a constatar alguma incorreção nos serviços executados, deverá relatá-la no citado parecer e encaminhar uma cópia deste ao Gerente do Contrato, para adoção das providências necessárias.

Parágrafo Terceiro - O prazo para elaboração do parecer circunstanciado em questão será de 15 (quinze) dias após o encerramento de cada exercício financeiro.

Parágrafo Quarto – Somente no último mês/etapa/parcela de execução do Contrato é que a Comissão de Fiscalização e o Gerente do Contrato deverão obedecer ao procedimento necessário à emissão do **TERMO DE ACEITAÇÃO PROVISÓRIA** (doc. Ref. ANEXO I da Ordem de Serviço n. 14.693/2017), abaixo descrito:

- (I) A **CONTRATADA** deverá comunicar à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado se encontra em condições de ter sua posse transferida ou o resultado dos serviços executados entregues, mesmo que aquela entenda que existam ressalvas quanto ao cumprimento das obrigações contratuais por parte da **CEDAE**.
- (II) As ressalvas deverão ser consignadas na citada carta e encaminhada à **CEDAE**, juntamente com a fatura relativa à última medição realizada do contrato e com os documentos exigidos para realização do pagamento. O Representante da **CEDAE** não poderá conceder à contratada o recibo simplificado de adimplemento do último mês/etapa/parcela do cronograma físico-financeiro se não estiver acompanhada da respectiva carta.
- (III) Se após 10 (dez) dias contados a partir da conclusão do último mês/etapa/parcela a **CONTRATADA** se omitir ou se recusar a realizar a comunicação da condição de transferência de posse do objeto pactuado, ou o resultado dos serviços executados à **CEDAE**, o Gerente do contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a obrigação de manifestar-se pela efetiva comunicação, informando acerca do inadimplemento de suas obrigações e da consequente suspensão do prazo para pagamento.
- (IV) Persistindo a recusa da **CONTRATADA** em se manifestar por meio de carta redigida em papel timbrado quanto à notificação recebida, o prazo de pagamento referente à última fatura ficará suspenso.



- (V) A obrigação será considerada adimplida pelo cumprimento da etapa/parcela acompanhada dos documentos exigidos neste contrato para a realização do correspondente pagamento.
- (VI) O representante da **CEDAE**, após a conclusão de cada etapa/parcela, e no momento da apresentação de todos os documentos necessários ao pagamento da despesa, fornecerá à **CONTRATADA** recibo simplificado, com a listagem dos documentos recebidos. Na ausência de qualquer documento exigido no contrato, não será fornecido o referido recibo.
- (VII) De imediato, o representante da **CEDAE** encaminhará os documentos recebidos à Comissão de Fiscalização do Contrato, para que esta, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da entrega do recibo à **CONTRATADA**, verifique a veracidade e a correção das informações neles contidas e, se for o caso, efetive o atesto da fatura. Qualquer incorreção nos documentos apresentados pela contratada ensejará a suspensão do prazo para pagamento da última fatura pela Comissão de Fiscalização.
- (VIII) A veracidade e a correção das informações contidas nos comprovantes de recolhimento de tributos e contribuições sociais serão verificadas no setor de Contas a pagar da **CEDAE** quando do encaminhamento da fatura para pagamento.
- (IX) Caberá à Comissão de Fiscalização do Contrato notificar a contratada quanto ao seu atraso nas providências necessárias à obtenção do adimplemento, fazendo-o ao menos uma vez, caso este supere 10 (dez) dias contados da conclusão da respectiva etapa. As notificações feitas pela **CEDAE** poderão ocorrer de modo simplificado, por correspondência eletrônica (e-mail) ou carta, exceto no último mês/etapa/parcela dos serviços, e deverão ser registradas no processo.
- (X) O procedimento de aceitação provisória poderá ser dispensado nos casos mencionados no art. 187 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEDAE (RILC), casos em que será substituído pela emissão de simples "recibo", conforme item 1.2.7.1 da Ordem de Serviço n. 14.693/2017, que permanece aplicável naquilo em que não confrontar com o referido art. 187 do RILC.

Parágrafo Quinto– A Comissão de Fiscalização deverá fornecer à **CONTRATADA**, se por ela solicitado, a Ordem de Serviço n. 14.693/2017, que disciplina o recebimento provisório e definitivo nos contratos da **CEDAE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DA ACEITAÇÃO DEFINITIVA DOS SERVIÇOS

O serviço executado será recebido definitivamente ao final do contrato, da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro – A aceitação definitiva do objeto pactuado será feita por meio de Comissão especificamente nomeada para este fim, mediante emissão do TERMO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA (doc. Ref. ANEXO VII da Ordem de Serviço n. 14.693/2017).



Parágrafo Segundo – A empresa contratada, após assinatura do Termo de Aceitação Provisória, no prazo máximo de 60 (sessenta), solicitará à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado seja aceito definitivamente.

Parágrafo Terceiro – De igual modo, a **CONTRATADA** deverá apresentar declaração de que a **CEDAE** possui ou não pendências de pagamento, dando-lhe a quitação financeira do contrato.

Parágrafo Quarto– No caso de omissão ou recusa da **CONTRATADA** em solicitar à **CEDAE** a aceitação definitiva do objeto contratado, o Gerente do contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a necessidade de se manifestar pela efetiva solicitação em, no máximo, 15 (quinze) dias contados a partir do recebimento da notificação.

Parágrafo Quinto– Persistindo a recusa da **CONTRATADA** em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o Gerente do contrato reterá a garantia contratual, se houver.

Parágrafo Sexto- Compete ao Gerente do Contrato, quando couber, o acompanhamento e o controle dos prazos de vencimentos das apólices de seguro-garantia ou carta de fiança correspondente às garantias contratuais apresentadas pela **CONTRATADA**.

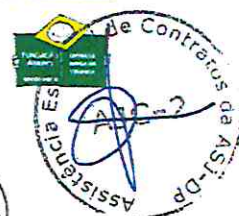
Parágrafo Sétimo- A inobservância do parágrafo anterior poderá ensejar apuração de responsabilidade, caso a perda da garantia contratual resulte em prejuízos para a **CEDAE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA – DAS MEDIDAS DE INTEGRIDADE – LEI ESTADUAL 7.753/2017

Parágrafo Primeiro - Na execução do presente Contrato é vedado às partes, dentre outras condutas:

- a) prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja;
- b) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou
- e) de qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

Parágrafo Segundo - A **CONTRATADA** compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Ética e Conduta da **CEDAE**, presente no link www.cedae.com.br/governancacorporativa.



Parágrafo Terceiro - A violação aos parágrafos primeiro e segundo pelos administradores, empregados ou prestadores de serviços da **CONTRATADA**, a depender da gravidade da infração e dos danos causados à CEDAE, acarretará na aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, rescisão unilateral e/ou ressarcimento de perdas e danos apurados.

Parágrafo Quarto - A comunicação imediata à CEDAE de eventual violação aos parágrafos primeiro e segundo, acompanhada das medidas tomadas pela **CONTRATADA**, suficientes para sanar a violação, desde que preservados os negócios da CEDAE, sua imagem e reputação, serão consideradas como atenuantes para o fim previsto no parágrafo anterior.

Parágrafo Quinto - A **CONTRATADA** se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no *"conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública"*.

Parágrafo Sexto - O programa de integridade será obrigatório nos contratos com prazo de vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias cujo valor ultrapasse R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para compras e serviços, ou R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; sendo facultativo nos demais casos.

Parágrafo Sétimo - A **CONTRATADA** que não possuir o programa de integridade já implantado deverá constituir-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.

Parágrafo Oitavo - O não atendimento ao disposto no parágrafo sétimo implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

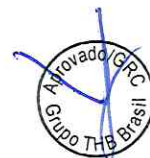
Parágrafo Nono - O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

Parágrafo Décimo - O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarretará na impossibilidade da contratação da empresa com a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro até a sua regular situação.

Parágrafo Décimo-Primeiro - O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

Parágrafo Décimo-Segundo - Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei Estadual 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.

Parágrafo Décimo-Terceiro - As ações e deliberações do Gerente do Contrato não poderão implicar interferência na gestão das empresas nem ingerência de suas competências, devendo ater-se a responsabilidade de aferir a implantação do Programa de Integridade por meio de prova documental emitida pela **CONTRATADA**.



Parágrafo Décimo-Quarto - A prática de atos de contra a Administração Pública Estadual sujeitará a **CONTRATADA** às sanções previstas na Lei Federal nº 12.846/2013, na forma do Decreto Estadual nº. 46.366/2018.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-SEGUNDA: DA PUBLICAÇÃO

O extrato desta contratação será publicado no Diário Oficial do Estado, para fins de mera publicidade, e posteriormente divulgado no sítio eletrônico da **CEDAE**.

Parágrafo Único - Após a publicação no Diário Oficial, deverá ser observado o disposto na Deliberação TCE-RJ n. 280/2017 para o envio das informações nos casos exigidos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-TERCEIRA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Rio de Janeiro para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 17 de DEZEMBRO de 2019.

Pela **CEDAE**:



LUCIA SOARES

Assessora da Diretoria Financeira e de Relações com Investidores



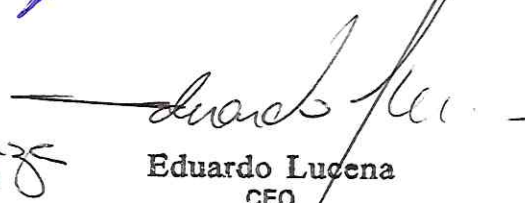
JOSÉ BANDEIRA DE MELLO JÚNIOR

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Pela **CONTRATADA**:



FELIPE COELHO LEÃO DE MOURA
Sócio Administrador

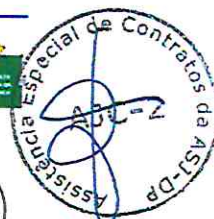


Eduardo Lucena
CEO
CPF: 074.375.147-70

TESTEMUNHAS:



Ref. Contr-THB-serviço-contínuo-consultoria-DL-004/2019-DFI-PLDR



ANEXO**TERMO DE REFERÊNCIA****1 – OBJETO**

Contratação de empresa especializada para a prestação de “**SERVIÇOS DE CONSULTORIA SECURITÁRIA PARA CEDAE**”, visando o gerenciamento de seguros à CEDAE.

2 – JUSTIFICATIVA:

A CEDAE não possui no seu corpo funcional colaboradores com expertise para verificar as necessidades essenciais relacionadas às questões de seguros, a contratação dos serviços visa a prestação de consultoria e assessoria sobre estas matérias específicas, apresentando esclarecimentos, orientando defesas e recursos administrativos, além de oferecer suporte legal junto às seguradoras contratadas para gestão das apólices. Por esta razão, faz-se indispensável a contratação de empresa especializada na área securitária para atuar nestas ações específicas demandadas à Companhia.

3 – ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO:

Item	Conta Contábil	Código IFS	ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	UNID	QUANT
1	411110304	2110180028	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de consultoria e gerenciamento de seguros à CEDAE	un	1

4 -REGIME DE EXECUÇÃO:

Menor preço global.

5 – TIPO DE CONTRATAÇÃO E REGIME/FORMA DE EXECUÇÃO:

Av. Pres. Vargas, 2655. Cidade Nova. Rio de Janeiro.
CEP 20.210-030 / www.cedae.com.br



5.1.(X) SERVIÇO:

5.1.2 (X) de natureza contínua ou () de escopo;

5.1.3 () com mão de obra alocada ou (X) sem mão de obra alocada;

5.1.4 () regime de execução por preço unitário; (X) Regime de execução por preço global; ou () Regime de execução por tarefa.

6 – PRAZO DE ENTREGA DO BEM OU DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

O prazo de vigência do contrato será de 05 (cinco) anos contados a partir do dia seguinte da autorização expressa pela CEDAE (Ordem de Início), que será emitida após a publicação do extrato do instrumento contratual no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

7 – LOCAL DE EXECUÇÃO OU ENTREGA DO BEM:

Os serviços (Relatórios de Diagnósticos), deverão ser entregues à Comissão de Fiscalização dos serviços, sito Diretoria Financeira e de Relações com Investidores - DFI, 6º andar do Prédio Sede da CEDAE, à Avenida Presidente Vargas, 2655 – Cidade Nova – Rio de Janeiro-RJ.

8- CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:

Será recebida definitivamente, após parecer circunstanciado emitido por comissão designada para este fim.

9 – PRAZO E CONDIÇÕES DE GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO PRODUTO OU SERVIÇO:

Não se aplica.

10 – FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

O primeiro pagamento, no valor de R\$ 8.000,00 será feito após a apresentação de RELATÓRIO DE DIAGNÓSTICO E PROPOSTA DE MELHORIAS DE UMA NOVA APÓLICE DE SEGURO D&O.

Ao final de cada período de 12 meses contados da data de assinatura do contrato, o saldo remanescente de R\$ 32.000,00 será pago em 4 (quatro) parcelas idênticas e anuais de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), condicionado à apresentação de um relatório de atividades desempenhadas no período.

11 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:



- 11.1.Revisar a(s) apólice(s) vigentes, verificando se as condições estão alinhadas com o habitualmente contratado por empresas do mesmo segmento/perfil/porte, e oferecido pelo mercado;
- 11.2.Assistir e auxiliar de forma pró-ativa a **CEDAE** em relação à interpretação das apólices em vigor;
- 11.3.Manter a **CEDAE** informada e atualizada sobre todas as notícias relevantes do mercado de seguros, tais como alterações de leis, normas e regulamentos editados pelo mercado segurador, no que diz respeito à apólice em vigor e/ou que possam influenciar diretamente na mesma;
- 11.4.Acompanhar e coordenar os processos de regulação e liquidação de sinistros;
- 11.5.Elaborar modelo de contratação, alinhado às necessidades da Companhia e verificar o cumprimento da legislação vigente, subsidiando as licitações deste segmento que venham a ocorrer;
- 11.6.Dar todo suporte na instrução processual para a contratação de seguros, inclusive na elaboração de Pesquisa de Preços;
- 11.7.Com base na legislação securitária atual, propor novas alternativas e estratégias para resguardar a CEDAE, com base na Legislação vigente, buscando maior economicidade;
- 11.8.Fornecer todos os subsídios necessários à adequação das práticas determinadas por leis que afetam o seguro;
- 11.9.Analisar todos os relatórios de regulação, enviando pareceres técnicos e informações adicionais fundamentais ao bom andamento dos processos;
- 11.10.Interfacear o relacionamento da Companhia com as seguradoras, propondo melhorias e ajustes às normas vigentes;
- 11.11.Dar todo o suporte necessário aos procedimentos de seguros alinhados à aplicação das Leis 8.666/93 e 13.303, consoante Regulamento Interno de Licitações e Contratos – RILC CEDAE, inclusive na modelagem dos Termos de Referência para licitação, bem como responder aos questionamentos de licitantes;
- 11.12.Em cada ano de vigência (ou exercício social) a CONTRATADA estará obrigada a prestar, no mínimo, os serviços de consultoria às renovações anuais do seguro D&O (directors and Officers), podendo ser demandada em outros trabalhos sem qualquer custo adicional ou limites máximos de consultas.
- 11.13.O(s) profissional(ais) que irão exercer os serviços de consultoria deverão possuir registro profissional específico fornecido pela SUSEP.

12 – AMOSTRA:

Não se aplica.



13- VISITA TÉCNICA:

Dispensada.

14-ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO:

Dispensado.

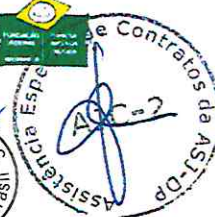
15- FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO:

Deverá haver formalizaçãodo Contrato.

16 – CONDIÇÕES GERAIS:

16.1 Os profissionais que irão exercer os serviços de consultoria deverão possuir registro profissional específico fornecido pela SUSEP;

16.2 O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE em até 30 (trinta) dias corridos, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada pela Comissão de Fiscalização nomeada para tal, sendo efetuada a retenção dos tributos e contribuições do pagamento a ser realizado, conforme determina a legislação vigente. A Nota Fiscal deverá ser emitida somente após a entrega dos relatórios e autorização do fiscal do contrato.



RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar NILTON NISSIN RECHTMAN, matrícula 1927, do Cargo de Confiança de Chefe da Divisão Comercial, símbolo CC-03, desta Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Niterói, 07 de janeiro de 2020

FRANCISCO VIEGAS
Diretor-Presidente

PORTARIA PR-Nº 16 DE 07 DE JANEIRO 2020

EXONERA SERVIDOR QUE MENCIONA.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - IO, Empresa Pública, vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR SÉRGIO GUILHERME POLICIANO SOARES, matrícula 1843, do Cargo de Confiança de Presidente da Comissão de Licitação, símbolo CC-03, desta Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Niterói, 07 de janeiro de 2020

FRANCISCO VIEGAS
Diretor-Presidente

PORTARIA PR-Nº 17 DE 07 DE JANEIRO 2020

NOMEIA SERVIDOR PARA OS FINS QUE MENCIONA.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - IO, Empresa Pública, vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear SÉRGIO GUILHERME POLICIANO SOARES, matrícula 1843, para exercer o Cargo de Confiança de Chefe da Divisão Comercial, símbolo CC-03, desta Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Niterói, 07 de janeiro de 2020

FRANCISCO VIEGAS
Diretor-Presidente

PORTARIA PR-Nº 18 DE 07 DE JANEIRO 2020

NOMEIA SERVIDOR PARA OS FINS QUE MENCIONA.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - IO, Empresa Pública, vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear PAULO FABIANO AZEVEDO DOS SANTOS para exercer o Cargo de Confiança de Presidente da Comissão de Licitação, símbolo CC-03, desta Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Niterói, 07 de janeiro de 2020

FRANCISCO VIEGAS
Diretor-Presidente

PORTARIA PR-Nº 19 DE 07 DE JANEIRO 2020

EXONERA SERVIDOR QUE MENCIONA.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - IO, Empresa Pública, vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar FELIPE BORGES DOS SANTOS, matrícula 1950, do Cargo de Confiança de Agente de Certificação, símbolo CC-12, desta Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Niterói, 07 de janeiro de 2020

FRANCISCO VIEGAS
Diretor-Presidente

PORTARIA PR-Nº 20 DE 07 DE JANEIRO 2020

NOMEIA SERVIDOR PARA OS FINS QUE MENCIONA.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - IO, Empresa Pública, vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear ISABELA GOMES DE LIMA SALES para exercer o Cargo de Confiança de Agente de Certificação, símbolo CC-12, desta Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Niterói, 07 de janeiro de 2020

FRANCISCO VIEGAS
Diretor-Presidente

PORTARIA PR-Nº 21 DE 07 DE JANEIRO 2020

EXONERA SERVIDOR QUE MENCIONA.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - IO, Empresa Pública, vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar VANESSA OLIVEIRA GERALDO, matrícula 1619, do Cargo de Confiança de Assessora da Presidência, símbolo CC-02, desta Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, com validade a contar de 07 de janeiro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Niterói, 07 de janeiro de 2020

FRANCISCO VIEGAS
Diretor-Presidente

PORTARIA PR-Nº 22 DE 07 DE JANEIRO 2020

NOMEIA SERVIDOR PARA OS FINS QUE MENCIONA.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - IO, Empresa Pública, vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear LUIZ CARLOS DOS SANTOS, matrícula 1933, do Cargo de Confiança de Assessora da Presidência, símbolo CC-02, desta Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, com validade a contar de 07 de janeiro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Niterói, 07 de janeiro de 2020

FRANCISCO VIEGAS
Diretor-Presidente

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO

ATO DO PRESIDENTE

PORTARIA CEPERJ/PR Nº 8633 DE 07 DE JANEIRO DE 2020

CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA CEPERJ/PR Nº 8632, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e as que lhe confere o inciso IX, do artigo 92 da Lei nº 237, de 04.12.1979, e tendo em vista o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º do mesmo preceito legal,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam cessados os efeitos da PORTARIA CEPERJ/PR Nº 8632, de 23 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, de 24 de dezembro de 2019.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 07 de janeiro de 2020

REINALDO LOPES COSTA
Presidente

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 18/11/2019

DESIGNA ADÃO JESUS DO COUTO BRITO, Agente de Saneamento I, como membro titular e DULCINEIA DA ROCHA FREITAS, Agente Administrativo F, como membro suplente, Gerente do Contrato LEONARDO CORREIA SA, Assessor Técnico e JORGE LUIS GOMES CAMPOS, Agente de Saneamento G, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada à "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DE AR CONDICIONADO PARA O SITE SANTANA - LOCALIZADO NA RUA DE SANTANA, 235 - CENTRO - RIO DE JANEIRO - RJ, CONSIDERANDO ATENDIMENTO A NORMA TÉCNICA VIGENTE" de que trata o Processo nº 07.100.647/2019, Ordem de Serviço PIFIS nº 26.731-00/2019.

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 10/12/2019

DESIGNA LEONEL FAGUNDES DE ASSIS, Agente de Saneamento I, como Presidente, WELISS RODRIGO DA SILVA COSTA, Técnico de Laboratório III e LEANDRO COUTO ROSA, Técnico de Laboratório III, como membros titulares e JOÃO ANGELO GOMES DE SOUZA, Analista de Qualidade D, como membro suplente, Gerente do Contrato MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO, Técnico de Contabilidade II, bem como ALESSANDRO DA CUNHA MOREIRA, Agente Administrativo F, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização, para "AQUISIÇÃO DE POLICLORETO DE ALUMÍNIO LÍQUIDO PARA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DO GUANDU - (ETA GUANDU)", de que trata o Processo nº E-07/100.095/2019, Ordem de Serviço PIFIS nº 27.038-00/2019.

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 12/12/2019

DESIGNA JAYME LEITE DE OLIVEIRA, Assessor Técnico, como Presidente, MANUEL JOSE FERNANDES CORDEIRO, Agente de Saneamento C e AURICELI MOLLO GONCALVES KAYSER, Agente Administrativo F, como membros titulares e GUILHERME JOSE DE ABREU LIMA CAMPOS, Assessor Técnico, como membro suplente, Gerente do Contrato JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA, Assessora de Diretor e LUCIANO VALIERA DE VASCONCELOS, Assessor Executivo, para compor a Comissão de Fiscalização destinada à "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA APOIO AOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL EM ÁREAS DE BAIXA RENDA E OUTRAS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO" de que trata o Processo nº E-12/800.053/2019, Ordem de Serviço PIFIS nº 27.119-00/2019.

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 02/01/2020

DESIGNA RENATO FERREIRA COELHO, Técnico Contabilidade II, como Presidente, HELMUT ALEXANDRE DE PAULA, Contador C, e JOAZ EVANGELISTA DA FONSECA, Técnico de Contabilidade II, como Membros Titulares e MANOEL ANTONIO DE FREITAS, Técnico

Contabilidade II, como Membro Suplente. Gerente do Contrato JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA, Assessora de Diretor e MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO, Técnico Contabilidade II, como Suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada à "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS DE REAVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL DA PRECE, CEDA SAÚDE E DO PRÊMIO APOSENTADORIA, CONFORME DELIBERAÇÃO CVM Nº 695/2012, PARÁGRAFO DO EXERCÍCIO DE 2019" de que trata o Processo nº E-07/100.267/2019, Ordem de Serviço PIFIS nº 27.193-00/2020.

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 02/01/2020

DESIGNA HELDER AGOSTINHO DE TOLEDO PIZA MACHADO, Engenheiro C, como Membro titular e PAULO JOSE SIQUEIRA DE CARVALHO, Técnico Segurança do Trabalho II, como Membro suplente, Gerente do contrato ALVARO LOURENÇO KEGELE CLIFFORD, Assessor de Saúde e Segurança do Trabalho, bem como CRISTINA LEONISE CHAGAS COSTA, Engenheiro C, como Suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada à "AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AUTÔNOMOS COM CILINDROS DE AR, REVESTIDO EM FIBRA DE CARBONO 8,0 A 10L", de que trata o Processo nº E-07/100.711/2019, Ordem de Serviço PIFIS Nº 27.191-00/2020.

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 02/01/2020

DESIGNA RICARDO VAGNER DA SILVA, Agente de Saneamento I, como Membro titular e WALTER MAURICIO DE FIGUEIREDO PEPE, Agente de Saneamento H, como Membro suplente, Gerente do Contrato LEONARDO SILVA FERREIRA, Agente de Saneamento I, bem como SÉRGIO LUIZ DA SILVA DIAS, Técnico Eletromecânica I, como Suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada à "AQUISIÇÃO DE MOTO BOMBA RESERVA PARA ELEVATÓRIA DALVA RAPOSO NA ÁREA DA GRDRI-9", de que trata o Processo nº E-12/800.094/2019, Ordem de Serviço PIFIS Nº 27.188-00/2019.

Secretaria de Estado de
Governo e Relações InstitucionaisSECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ATO DO DIRETOR-GERAL

PORTARIA SEGOV/DGAF Nº 090 DE 06 DE JANEIRO DE 2019

DESIGNA SERVIDORES PARA COMPOR A COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA OS FINS QUE MENCIONA.

O DIRETOR-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS, no uso das atribuições legais e, em conformidade com o disposto com o disposto na Lei Federal nº 8.666/1993 e no Decreto Estadual nº 42.201, de 12 de fevereiro de 2010, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº SEI-15/001/002454/2019,

Art. 1º - Designar membros para compor a Comissão de Fiscalização, para as atividades relacionadas ao acompanhamento da execução do Contrato nº 003/2019, que tem por objeto a aquisição, por demanda, de bocais para efluentes Dräger Alcotest 7410 Plus, para atender as necessidades técnicas e operacionais da Operação Lei Seca.

VITOR SCHMITT MOREIRA, ID. Funcional nº 2448707-4
FELIPE CARLOS SOUZA MENEZES, ID. Funcional nº 4185515-9
MARCELO GERVASIO DA SILVA, ID. Funcional nº 2238065-5

Art. 2º - Em eventual impedimento ou ausência de um dos Fiscais, fica indicado como suplente o servidor WALTER VIEIRA CAVALCANTE, ID. Funcional nº 4274697-1.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação
Rio de Janeiro, 06 de janeiro de 2020

THIAGO PAULO RANGEL
Diretor-Geral de Administração e Finanças

Secretaria de Estado de Fazenda

SUBSECRETARIA GERAL DE FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOSDESPACHO DA SUPERINTENDENTE
DE 06.01.2020

PROCESSO Nº E-04/204/2189/2019 - CARLOS MANUEL AMARAL FERREIRA - De acordo com o parecer médico pericial da Superintendência Central de Perícias Médicas e Saúde Ocupacional, exarado às fls.13, dentro, a partir de 17/12/2019, data da Junta Médica, em caráter permanente.

SUBSECRETARIA GERAL DE FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOSDESPACHOS DA SUPERINTENDENTE
DE 06/01/2020

PROCESSO Nº E-04/204/387/2019 - ORLANDO MARTINS COELHO, Analista da Fazenda Estadual, ID. Funcional nº 2128849-6, AVERBESE, para fins de aposentadoria e disponibilidade, amparado pelo art. 2º da Lei nº 1.258/87, na forma permitida pela Emenda Constitucional Federal, no atual § 9º do art. 201, com alteração determinada pela Emenda Constitucional nº 20/98, o tempo de serviço/previdência prestado sob Regime Geral de Previdência Social-RGPS, nos períodos de 01/02/1982 a 17/11/1987 e de 01/02/1988 a 03/03/1989, totalizando 2512 (dois mil, quinhentos e doze) dias, tornando sem efeito o Despacho de 14/03/2019, publicado no DOEJF de 18/03/2019.

PROCESSO Nº E-04/204/387/2019 - ORLANDO MARTINS COELHO, Analista da Fazenda Estadual, ID. Funcional nº 2128849-6, AVERBESE, para fins de aposentadoria e disponibilidade e acréscimo, amparado pelo art. 2º da Lei nº 1.258/87, na forma permitida pela Emenda Constitucional Federal, no atual § 9º do art. 201, com alteração determinada pela Emenda Constitucional nº 20/98, o tempo de serviço/previdência prestado ao Banco do Brasil S/A, no período de 11/12/2000 a 03/04/2012, desproporcionando-se o dia 03/04/2012, por ser concomitante com o Estado totalizando 4136 (quatro mil, cento e trinta e seis) dias, tornando sem efeito o Despacho de 14/03/2019, publicado no DOEJF de 18/03/2019.

PROCESSO Nº E-04/204/1693/2019 - SIMONE LEITE LOURENÇO, Analista da Fazenda Estadual, ID. Funcional nº 2128849-6, AVERBESE, para fins de aposentadoria e disponibilidade, amparado pelo art.

AVISOS, EDITAIS E
TERMOS DE CONTRATOS

Vice Governadoria do Estado

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

VICE-GOVERNADORIA
FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

IDENTIFICAÇÃO: Contrato nº 37/2019, assinado em 30.12.2019. **PARTES:** DER-RJ e a Empresa **IMPRESA OFICIAL DO BRASIL LTDA**. **OBJETO:** Aquisição de Película refletiva e filme vinílico. **PRazo:** 20 (vinte) dias úteis. **VALOR:** R\$719.990,55. **FUNDAMENTO:** Lei Federal nº 8.666/1993, Decreto Estadual nº 3.149/1980. **PROCESSO Nº E-16/002.00560/2019.** Id: 2230733

VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO
FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

AVISO

A **ASSESSORIA DE LICITAÇÕES** torna público que o Edital de Licitação da TOMADA DE PREÇOS ALC Nº 013/2019 cujo o objeto é Contratação de serviços de investigação geotécnica para a área onde se encontra instalada a 7ª Residência de Obras e Conservação (ROC) do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Rio de Janeiro (DER-RJ), situada na Rua Doutor Telo Barreto nº 575, Centro, Município de Macaé/RJ sofreu as seguintes alterações:

ERRATA

Onde se lê:

1.1 - O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, por meio da Fundação Departamento de Estradas de Rodagem - DER-RJ, com sede na Avenida Presidente Vargas nº 1.100, Centro - Rio de Janeiro, torna público que, devidamente autorizada pelo Presidente desta Fundação, na forma do disposto no Processo Administrativo nº E-17/002.003101/2019, fará realizar, no dia 08 de janeiro 2020, às 10:30 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Licitações, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, do tipo **MENOR PREÇO**, que se regerá pela Lei Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, pela Lei Estadual nº 287, de 4 de dezembro de 2006, pelo Decreto nº 3.149, de 28 de abril de 1980, pelo Decreto nº 42.063, de 6 de outubro de 2009, e respectivas alterações, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no presente edital.

6.1.1 - Poderão participar da licitação as pessoas físicas ou jurídicas com atividades específicas no ramo pertinente ao objeto desta Tomada de Preços, inscritas no Cadastro de Fornecedores do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, mediante a entrega da cópia autenticada do Certificado de Registro Cadastral - CRC.

6.1.2 - O Certificado de Registro Cadastral do Estado - CRC, mantido pelo DER-RJ, poderá ser apresentado em substituição aos documentos elencados nos subitens 6.3.1, 6.4.1, 6.5.1 e 6.7.1.

6.2.3 - A habilitação do licitante não cadastrado não implicará em seu cadastramento no Cadastro de Fornecedores do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, o qual subordinar-se a análise por parte do órgão central em processo específico e segundo as normas vigentes.

8.1.2 - Uma vez recebidos os documentos, a Comissão de Licitação consultará o Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA, e o Cadastro Nacional de Empresas Indústrias e Suspensas - CEIS, do Portal Transparência, da Controladoria Geral da União.

14.13 - As penalidades impostas aos licitantes serão registradas pelo ORGAO LICITANTE no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

14.13.1 - Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas c e d do item 14.1, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Leia-se:

1.1 - O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, por meio da Fundação Departamento de Estradas de Rodagem - DER-RJ, com sede na Avenida Presidente Vargas nº 1.100, Centro - Rio de Janeiro, torna público que, devidamente autorizada pelo Presidente desta Fundação, na forma do disposto no Processo Administrativo nº E-17/002.003101/2019, fará realizar, no dia 16 de janeiro 2020, às 10:30 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Licitações, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, do tipo **MENOR PREÇO**, que se regerá pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, pela Lei Estadual nº 287, de 4 de dezembro de 2006, pelo Decreto nº 3.149, de 28 de abril de 1980, pelo Decreto nº 42.063, de 6 de outubro de 2009, e respectivas alterações, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no presente edital.

6.1.1 - Poderão participar da licitação as pessoas físicas ou jurídicas com atividades específicas no ramo pertinente ao objeto desta Tomada de Preços, inscritas no Cadastro Unificado de Fornecedores - SIGAF, do Poder Executivo Federal, mediante a entrega da Declaração do Sistema de Cadastro do SIGAF.

6.1.2 - O Cadastro de Empreiteiros, mantido pelo DER-RJ, poderá ser apresentado em substituição aos documentos elencados nos subitens 6.3.1, 6.4.1, 6.5.1 e 6.7.1.

6.2.3 - A habilitação do licitante não cadastrado não implicará em seu Registro de Fornecedores do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, o qual subordinar-se a análise por parte do órgão central em processo específico e segundo as normas vigentes.

8.1.2 - Uma vez recebidos os documentos, a Comissão de Licitação consultará o Cadastro Unificado de Fornecedores - SIGAF, do Poder Executivo Federal, e o Cadastro Nacional de Empresas Indústrias e Suspensas - CEIS, do Portal Transparência, da Controladoria Geral da União.

14.13 - As penalidades impostas aos licitantes serão registradas pelo ORGAO LICITANTE no Sistema Integrado de Gestão de Aquisições do Estado - SIGA.

14.13.1 - Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas c e d do item 14.1, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro. Id: 2230679

VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO
FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

AVISO

A **ASSESSORIA DE LICITAÇÕES** torna público que o Edital de Licitação da TOMADA DE PREÇOS ALC Nº 023/2019 cujo o objeto é Contratação de Serviços de Investigação Geotécnica na área da Usina de Rosa Machado, situada na Estrada de Barra do Pirai (Ro-

dovia RJ-145), 1780-Km 27,5, Município do Pirai/RJ, sofreu as seguintes alterações:

ERRATA

Onde se lê:

1.1 - O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, por meio da Fundação Departamento de Estradas de Rodagem - DER-RJ, com sede na Avenida Presidente Vargas nº 1.100, Centro - Rio de Janeiro, torna público que, devidamente autorizada pelo Presidente desta Fundação, na forma do disposto no Processo Administrativo nº E-17/002.105.516 /2018, fará realizar, no dia 08 de janeiro 2020, às 14:30 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Licitações, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, do tipo **MENOR PREÇO**, que se regerá pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, pelo Decreto nº 3.149, de 28 de abril de 1980, pelo Decreto nº 42.063, de 6 de outubro de 2009, e respectivas alterações, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no presente edital.

6.1.1 - Poderão participar da licitação as pessoas físicas ou jurídicas com atividades específicas no ramo pertinente ao objeto desta Tomada de Preços, inscritas no Cadastro de Fornecedores do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, mediante a entrega da cópia autenticada do Certificado de Registro Cadastral - CRC.

6.1.2 - O Certificado de Registro Cadastral do Estado - CRC, mantido pelo DER-RJ, poderá ser apresentado em substituição aos documentos elencados nos subitens 6.3.1, 6.4.1, 6.5.1 e 6.7.1.

6.2.3 - A habilitação do licitante não cadastrado não implicará em seu cadastramento no Cadastro de Fornecedores do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, o qual subordinar-se a análise por parte do órgão central em processo específico e segundo as normas vigentes.

8.1.2 - Uma vez recebidos os documentos, a Comissão de Licitação consultará o Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA, e o Cadastro Nacional de Empresas Indústrias e Suspensas - CEIS, do Portal Transparência, da Controladoria Geral da União.

14.13 - As penalidades impostas aos licitantes serão registradas pelo ORGAO LICITANTE no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

Leia-se:

1.1 - O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, por meio da Fundação Departamento de Estradas de Rodagem - DER-RJ, com sede na Avenida Presidente Vargas nº 1.100, Centro - Rio de Janeiro, torna público que, devidamente autorizada pelo Presidente desta Fundação, na forma do disposto no Processo Administrativo nº E-17/002.105.516 /2018, fará realizar, no dia 16 de janeiro 2020, às 14:30 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Licitações, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, do tipo **MENOR PREÇO**, que se regerá pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, pela Lei Estadual nº 287, de 4 de dezembro de 1979, pelo Decreto nº 3.149, de 28 de abril de 1980, pelo Decreto nº 42.063, de 6 de outubro de 2009, e respectivas alterações, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no presente edital.

6.1.1 - Poderão participar da licitação as pessoas físicas ou jurídicas com atividades específicas no ramo pertinente ao objeto desta Tomada de Preços, inscritas no Cadastro Unificado de Fornecedores - SIGAF, do Poder Executivo Federal, mediante a entrega da Declaração do Sistema de Cadastro do SIGAF.

6.1.2 - O Cadastro de Empreiteiros, mantido pelo DER-RJ, poderá ser apresentado em substituição aos documentos elencados nos subitens 6.3.1, 6.4.1, 6.5.1 e 6.7.1.

6.2.3 - A habilitação do licitante não cadastrado não implicará em seu Registro de Fornecedores do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, o qual subordinar-se a análise por parte do órgão central em processo específico e segundo as normas vigentes.

8.1.2 - Uma vez recebidos os documentos, a Comissão de Licitação consultará o Cadastro Unificado de Fornecedores - SIGAF, do Poder Executivo Federal, e o Cadastro Nacional de Empresas Indústrias e Suspensas - CEIS, do Portal Transparência, da Controladoria Geral da União.

14.13 - As penalidades impostas aos licitantes serão registradas pelo ORGAO LICITANTE no Sistema Integrado de Gestão de Aquisições do Estado - SIGA. Id: 2230680

VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO
FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

AVISO

A **ASSESSORIA DE LICITAÇÕES** torna público que fará realizar a licitação, abaixo especificada:

PROCESSO Nº E-16/002.010000 /2019

REF. TOMADA DE PREÇOS ALC Nº 001/2020

TIPO: Menor Preço Global

OBJETO: Execução da recuperação da ponte mista sobre o Canal Campos-Macaé, na Estrada dos Geramitas em Campos dos Goytacazes - RJ - 238.

ORÇAMENTO OFICIAL: R\$ 1.865.181,02

PRazo: 60 (sessenta) dias.

DATA DA LICITAÇÃO: 22/01/2020, às 10:30 horas.

O Edital estará à disposição dos interessados para aquisição no anexo do aviso do site <http://www.der.rj.gov.br/licitacao> podendo, também, ser solicitado através do e-mail: licitacoes.der@gmail.com, ou alternativamente, ser adivido em meio digital, mediante a entrega de 3 (três) DVD-R com capa de papel, na Av. Presidente Vargas, 1.100, 10º andar - Centro - Rio de Janeiro, no Expediente da Assessoria de Licitações, no horário de 10 às 16 horas. Id: 2230681

Secretaria de Estado da
Casa Civil e Governança

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 153/2019 (DFI). **PARTES:** A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a THB SP CONSULTORIA, GERÊNCIA DE RISCOS E CORRETAGEM DE SEGUROS S/S LTDA. **OBJETO:** "CONSULTORIA SECURITÁRIA PARA A CEDAE". **PRazo:** 05 (cinco) anos. **VALOR:** R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais). **DATA DE ASSINATURA:** 17/12/2019. **FUNDAMENTO:** Processo nº E-07/100.547/2019 - Dispensa de Licitação nº 004/2019 (DFI). Id: 2230682

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 193/2019 (DFI). **PARTES:** A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a PREVUE CONSULTORIA LTDA ME. **OBJETO:** "ELABORAÇÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS DE REAVIA-"

ÇÃO E MENSURAÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL DA PRECE, CEDAE SAÚDE E DO PRÊMIO APOSENTADORIA, CONFORME DELIBERAÇÃO CVM 695/2012, PARA O EXERCÍCIO DE 2019". **PRazo:** 60 (sessenta) dias. **VALOR:** R\$ 59.900,00 (cinquenta e nove mil e novecentos reais). **DATA DE ASSINATURA:** 26/12/2019. **FUNDAMENTO:** PROCESSO Nº E-07/100.267/2019 - Pregão Eletrônico nº 659/2019. Id: 2230686

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 186/2019 (DFI). **PARTES:** A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e o CONSORCIO ENGETECNICA - ARKHE. **OBJETO:** "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA APOIO AOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO E ABASTECIMENTO DE SISTEMAS DE AGUA POTÁVEL EM ÁREAS DE BAIXA RENDA E OUTRAS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO". **PRazo:** 90 (noventa) dias. **VALOR:** R\$ 8.106.659,79 (oito milhões, cento e seis mil seiscentos e cinquenta e nove reais e setenta e nove centavos). **DATA DE ASSINATURA:** 18/12/2019. **FUNDAMENTO:** Processo nº E-12/800.053/2019 - DL nº 024/2019 (DFI). Id: 2230743

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO

INSTRUMENTO Aditivo nº 03 ao Contrato CEDAE nº 097/2018 (DFI). PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a QUIMREAL - REAL INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA. **OBJETO:** "prorrogação do prazo de fornecimento e acréscimo de valor decorrente da revogação do Decreto nº 37.601, de 13/05/2019". **PRazo:** 90 (noventa) dias. **VALOR TOTAL:** R\$ 2.362.942,85 (dois milhões, trezentos e sessenta e dois mil novecentos e quarenta e dois reais e oitenta e seis centavos). **DATA DE ASSINATURA:** 26/12/2019. **FUNDAMENTO:** Processo nº E-07/100.317/2017 (Pregão Eletrônico nº 313/2018). Id: 2230736

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO Aditivo nº 01 ao Contrato CEDAE nº 178/2018 (DS). PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a CICLUS AMBIENTAL DO BRASIL S/A. **OBJETO:** "Prorrogação do prazo contratual". **PRazo:** 12 (doze) meses. **VALOR TOTAL:** R\$ 999.660,00 (novecentos e noventa e nove mil seiscentos e sessenta reais). **DATA DE ASSINATURA:** 26/12/2019. **FUNDAMENTO:** PROCESSO Nº E-07/100.777/2018 (Pregão Eletrônico nº 601/2018). Id: 2230670

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO Aditivo nº 02 ao Contrato CEDAE nº 119/2018 (DG). PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a SOFTEK SOFTWARE S.A. **OBJETO:** "Pagamento do reajustamento de 3,56 (três vírgula cinquenta e seis por cento) dos preços contratados, correspondente a 1ª anualidade". **PRazo:** sem alteração no prazo contratual. **VALOR TOTAL:** R\$ 4.059,87 (quatro mil cinquenta e nove reais e oitenta e sete centavos). **DATA DE ASSINATURA:** 17/12/2019. **FUNDAMENTO:** Processo nº E-07/100.031/2017 (IL nº 002/2017). Id: 2230742

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 03 ao Contrato CEDAE nº 039/2016 (DEI). **PARTES:** A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a GMP - GESTÃO DE MEDIÇÃO E FATURAMENTO LTDA. **OBJETO:** "Ratificação de itens da planilha orçamentária, com acréscimo de valores e o reajustamento dos preços contratados referente a 1ª anualidade (março/2016 a maio/2017)". **PRazo:** Sem alteração do prazo contratual. **VALOR TOTAL:** R\$ 1.783.415,28 (um milhão, setecentos e oitenta e três mil quatrocentos e quinze reais e vinte e oito centavos). **DATA DE ASSINATURA:** 26/12/2019. **FUNDAMENTO:** PROCESSO Nº E-07/100.235/2015 (Concorrência Nacional nº 204/2015). Id: 2230671

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 195/2019 (DFI). **PARTES:** A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a BAUMINAS QUÍMICA N/E LTDA. **OBJETO:** "Aquisição de 12.000.000 KG DE POLICLORETO DE ALUMÍNIO LÍQUIDO - (PAC) - ETA GUANDU". **PRazo:** 360 (trezentos e sessenta) dias. **VALOR TOTAL:** R\$ 17.890.000,00 (dezoito milhões, oitocentos e oitenta mil reais). **DATA DE ASSINATURA:** 27/12/2019. **FUNDAMENTO:** PROCESSO Nº E-07/100.095/2019 (Pregão Eletrônico nº 646/2019). Id: 2230675

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO Aditivo nº 01 ao Contrato CEDAE nº 152/2018 (DP). PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **OBJETO:** "Prorrogação do prazo contratual". **PRazo:** 12 (doze) meses. **VALOR TOTAL:** R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). **DATA DE ASSINATURA:** 11/12/2019. **FUNDAMENTO:** PROCESSO Nº E-07/100.792/2018 (Dispensa de Licitação nº 006/2018). Id: 2230672

Serviço de Atendimento ao Cliente da
Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro:
0800-2844675
Telefone: